

A tradição marxista na formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí¹

Marxist theory in social work education at the Federal University of Piauí

Sofia Laurentino Barbosa Pereira*

Resumo: Analisa-se a influência da tradição marxista na formação profissional no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, nas quatro propostas curriculares implantadas na trajetória do curso, de 1976 a 2012. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico e documental, pautado no método dialético crítico, que analisa currículos, programas de disciplinas, relatórios, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses etc. O estudo contribui com a literatura sobre os fundamentos do Serviço Social e sua interlocução com o pensamento social de Marx, revelando as tendências teórico-metodológicas, as direções e os projetos de profissão e de sociedade construídos nos processos formativos no percurso histórico do curso da UFPI.

Palavras-chaves: Serviço Social; Formação profissional; Tradição Marxista; Universidade Federal do Piauí.

Abstract: The influence of the marxist theory on professional education in the undergraduate course in social work at the Federal University of Piauí is analyzed in the four curricular proposals implemented during the course's trajectory, from 1976 to 2012. This is a bibliographic and documentary study, based on the critical dialectical method, which analyzes curriculum, subject programs, reports, monographs, dissertations, theses etc. The study contributes to the literature on the foundations of social work and its interlocution with Marx's social theory, revealing the theoretical-methodological trends, directions and projects of profession and society built in the education in the historical course of the UFPI course.

Keywords Social Work; Professional education; Marxist theory; Federal university of Piauí.

¹ O artigo apresenta resultados parciais da pesquisa realizada no estágio pós-doutoral no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que se insere como subprojeto da pesquisa “Memória e História do Serviço Social no Piauí”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual se articula ao Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”, cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPI.

* Doutora em Políticas Públicas (UFPI). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0432-1816>

Introdução

O Serviço Social, no decorrer de sua trajetória, orientou-se por diferentes fundamentos teórico-metodológicos, na busca de explicar e intervir sobre a realidade, que expressam as direções adotadas pela profissão. Assim, o positivismo, o funcionalismo, a fenomenologia, o estruturalismo, a teoria marxiana e marxista, as tendências pós-modernas, dentre outras vertentes do conhecimento social das quais o Serviço Social dialoga ao longo de sua história, manifestam distintos projetos de profissão, de formação e de sociedade.

A interlocução do Serviço Social com a tradição marxista ocorre a partir de meados de 1960 na América Latina e, no Brasil, ganha força principalmente a partir de 1980, o que configura uma nova matriz teórica à profissão, tendo importantes contribuições para a categoria, no campo do ensino, da pesquisa, do exercício profissional, da organização política, da pós-graduação, da autoimagem da profissão, dentre outros. No âmbito da formação, foi com o espraiamento da perspectiva de intenção de ruptura que o currículo mínimo das escolas de Serviço Social no país, de 1982, passa a ser guiado pelos fundamentos teórico-metodológicos pautados no pensamento social de Marx.

Esse processo resultou na construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, que conquista hegemonia nos anos 1990 e consolida os rumos e direções imprimidos à profissão na década anterior. Haurido na tradição marxista, o novo projeto profissional se materializa no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da profissão e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) de 1996, posicionando-se em defesa da liberdade, da emancipação humana, da justiça social, da equidade, da democracia, dos direitos humanos e dos interesses da classe trabalhadora, “vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (Brasil, 2012, p. 24).

Desde então, tem se ampliado a literatura sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social no Brasil, sobretudo a partir das contribuições do pensamento social de Marx. Todavia, são escassos os estudos voltados para a reconstrução histórica e a compreensão das tendências teórico-metodológicas na formação profissional nas distintas regiões, com destaque aqui para o Nordeste² e, especificamente, o estado do Piauí³.

² Merecem destaque as pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal de Pernambuco que vem contribuindo com a literatura acadêmica sobre o debate das particularidades dos fundamentos sócio-históricos do Serviço Social no Nordeste, cujos resultados podem ser verificados nas coletâneas: “A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste” (Silveira Junior, 2021), “O serviço social na particularidade do Nordeste (1940-1980)” (Silveira Junior, 2022) e o “Serviço Social no Nordeste” (Mota; Vieira; Amaral, 2021). As publicações chamam a atenção sobre a necessidade de aprofundar investigações que desvelem as particularidades da profissão na região.

³ São raros os estudos voltados para a reconstrução histórica do Serviço Social no Piauí de forma abrangente,

De tal modo, o presente artigo pretende contribuir com o adensamento dessa discussão, ao analisar a influência da tradição marxista na formação acadêmico-profissional no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), nas quatro propostas curriculares implantadas na trajetória do curso, de 1976 a 2012.

Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa, que utilizou como dados de informação documentos institucionais de fonte diversa da UFPI, tais como: currículos, programas de disciplinas, relatórios, atas de reuniões, dentre outros. Foram levantados também documentos nacionais do Serviço Social e do Ministério da Educação, como currículos mínimos, resoluções, pareceres e legislações. Realizou-se ainda revisão da bibliografia histórico-profissional existente sobre o Serviço Social no Brasil e no Piauí, assim como das produções de Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social da UFPI, com ênfase nos estudos sobre o ensino e a formação profissional, além de dissertações, teses, relatórios de pesquisas e memoriais de docentes ativos(as) e aposentados(as) do referido curso.

O estudo parte de uma concepção de história apreendida no método materialista dialético crítico, entendida não como mera cronologia, linear ou sucessão de acontecimentos passados, mas como movimento, processo dinâmico, dialético, permeado de contradições, produto das relações sociais, constituindo-se como “síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 2008, p. 258). Essa concepção, pautada no método de Marx, permeou todo o percurso investigativo, na busca em apreender o movimento histórico do real e atingir a essência dos fenômenos, suas contradições e sua transformação social e histórica.

Espera-se contribuir com as análises acerca da reconstrução histórica do Serviço Social no Piauí, a partir de uma perspectiva de totalidade, que busca captar as mediações da profissão na sociedade, para apreender as particularidades em sua relação com o todo. Deste modo, visa colaborar com o acervo da profissão e com lacunas existentes, especialmente acerca do curso de Serviço Social da UFPI, que completará cinquenta anos de existência em 2026, permanecendo como o primeiro e único a ofertar esta formação em uma instituição de ensino superior pública em solo piauiense.

dentre os quais se evidenciam as publicações de Setubal (1987), Guimarães (1995, 2003), Ferreira, Silva e Guimarães (2021a; 2021b), além de (poucas) teses, dissertações e monografias de docentes e discentes do curso da UFPI.

A trajetória da formação em Serviço Social na UFPI, os fundamentos teórico-metodológicos e a influência do marxismo

Os registros da chegada da primeira assistente social no Piauí datam de 1947, contratada pela Legião Brasileira de Assistência, pela necessidade de um profissional “técnico que soubesse utilizar melhor os recursos humanos e materiais disponíveis” (Setubal, 1983, p. 127). Desde então, por quase três décadas, os(as) assistentes sociais que atuavam em solo piauiense eram formados(as) em outras regiões, até 1976, quando foi criado o primeiro curso de Serviço Social no Estado, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), inaugurada poucos anos antes, em 1968, no contexto da Ditadura Militar.

Em 1977 foi implantado o primeiro currículo pleno do curso da UFPI, atrelando-se ao currículo mínimo de 1970, aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), pelo Parecer nº 242/70, que trazia como obrigatórias as disciplinas de: sociologia, psicologia, economia, direito e legislação social, política social, teoria do Serviço Social, ética profissional e Serviço Social de caso, grupo e comunidade (Brasil, 1970). Assim, embora a categoria no país, já avançasse nos questionamentos e críticas ao conservadorismo, a proposta curricular vigente nacionalmente ainda reforçava os postulados funcionalistas, articulados a uma perspectiva desenvolvimentista, que atendia aos interesses do Estado autocrático burguês.

Compreende-se o currículo mínimo de 1970 no âmbito da perspectiva modernizadora do Serviço Social que, segundo Netto (2015), é a primeira expressão do processo de renovação da profissão no Brasil tendo, de um lado, um conteúdo reformista no seio da profissão, ao visar a sua laicização e validação teórica, com base na matriz estrutural-funcionalista, através da qual a profissão adquire um cariz moderno e tecnicista. De outro lado, tem um caráter conservador, uma vez que mantém a atuação profissional voltada a adequação do indivíduo a sociedade, na lógica da harmonia social e que, portanto, é funcional ao capitalismo e ao Estado ditatorial vigente.

O primeiro currículo pleno do curso de Serviço Social da UFPI acompanhou a lógica da proposta curricular nacional – como pode ser observado, por exemplo, na fragmentação dos conteúdos voltados para a tríade “caso, grupo e comunidade” – mas também possuía suas particularidades – com destaque a grande carga horária dos conteúdos de psicologia. Isso demonstra que a formação tinha influência norte-americana, sendo guiada por uma concepção psicanalista e centrada no indivíduo, pautando-se ainda em uma visão funcionalista da realidade. O objetivo da formação estabelecido no referido currículo revela essa perspectiva: “proporcionar ao aluno conhecimento técnico-científicos e ajudá-lo a desenvolver-se, para

iniciar sua profissão de Assistente Social, de modo a atender os reclamos de uma civilização em mudança e contribuir na promoção do indivíduo, grupo e comunidade” (UFPI, 1976).

Importante ressaltar que no período de implantação do primeiro currículo de Serviço Social da UFPI, no cenário nacional, a categoria vivenciava seu processo de renovação e iniciava o diálogo com a tradição marxista, o que expressava a busca pelo rompimento com o conservadorismo. Acompanhando esse movimento, na esfera da formação profissional, ampliava-se a discussão sobre a necessidade de reformulação curricular, que culminou na aprovação de um novo currículo pleno pelo CFE, em 1982. Nessa direção, o projeto formativo da UFPI ainda não acompanhava as discussões que aconteciam na profissão no Brasil. Dessa forma,

[...] a escola de Serviço Social piauiense não adotava uma postura teórica pautada no materialismo histórico ou dialético. E nem mesmo introduz algumas disciplinas em seu currículo pleno, relacionadas a esse tema. [...] Percebe-se que o primeiro currículo pleno, quando na época implementado, já se encontra defasado, desatualizado e inadequado diante da realidade e do próprio movimento nacional de revisão do currículo mínimo vigente (Silva, 2003, p. 39 *apud* Rosa; Silva; Nascimento, 2003, p. 1).

Conjectura-se que isso ocorreu em decorrência da conjuntura ditatorial vivenciada, considerando que, mesmo não estando presente no documento curricular, há registros de docentes e discentes do curso de Serviço Social da UFPI engajados(as) na militância política da época e que tinham afinidade com a corrente marxista e, por isso, sofriam repressão dentro da universidade, como explicita o relato a seguir, de professora do referido curso que vivenciou esse momento histórico ainda enquanto estudante:

[...] Era época de clandestinidade dos marxistas, e as universidades eram cheias de “dedos duros”, de pessoas vigiando pra entregar pra ser preso [...] porque pelo caminho da clandestinidade, como estudante, eu fui recrutada por um partido marxista [...] então os meus primeiros textos foram escondidos dos professores e dos colegas, eram mimeografados, escondidos e enrolados em sacos plásticos, distribuídos na surdina, escondidos em telhados, porque se fossem descobertas qualquer leitura marxista, a gente poderia ser preso, como terrorista (Professora 3). (Silva, 2019, p. 41).

O relato revela como os conteúdos da formação em Serviço Social passavam pelo crivo do regime autocrático burguês, assim como a censura e perseguição política sofrida por docentes e discentes na UFPI. Identificam-se, nesse momento, as primeiras aproximações com as abordagens marxistas, que se dão principalmente pelo viés posto pela militância política, tal qual acontecia no cenário nacional, como analisa Netto (2015), o que obscureceu as fronteiras entre a profissão e o militantismo e gerou um primeiro contato enviesado com o marxismo, pela dificuldade de acesso as obras originais do autor.

Assim, embora predominasse uma perspectiva conservadora no primeiro currículo da UFPI, com seus fundamentos positivistas e funcionalistas, existiam segmentos progressistas e críticos no âmbito do processo formativo nesse período, que iniciavam o diálogo com o pensamento marxista. Isso se deu especialmente através da inserção no movimento estudantil e nas organizações da categoria, como a Associação Profissional de Assistentes Sociais do Piauí e o Sindicato de Assistentes Sociais do Estado, que se inseria em um processo mais amplo de mobilização e articulação da sociedade civil no Brasil e no Piauí, na luta pela redemocratização.

Como resultado, Guimarães (1990a) ressalta que, na prática, parte do corpo docente do curso de Serviço Social da UFPI passou a conduzir mudanças nas suas disciplinas e trazendo para discutir conteúdos que perpassavam as questões vivenciadas pela profissão naquela conjuntura. A exemplo disso, ao analisar planos de disciplinas da época, sobretudo do início da década de 1980, é possível observar, ainda que de forma pontual, a adoção de conteúdos sobre a reconceituação da profissão, a disputa entre capital / trabalho, os movimentos populares, a questão social, dentre outros, assim como a presença de bibliografias de autores de tradição marxista, como Antonio Gramsci. Esse é um elemento importante que reitera a existência de disputas pela direção e pelos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da formação em Serviço Social na UFPI desde o seu primeiro currículo.

Na década de 1980 ocorreu o processo de reformulação do projeto de formação de Serviço Social da UFPI que culminou na aprovação do segundo currículo pleno, em 1987. Este foi um período rico de historicidade, marcado pela reorganização da sociedade civil e por amplas lutas pela democratização do país e, no âmbito do Serviço Social, pela organização política da categoria, que avançava na construção de um projeto profissional crítico e articulado com as lutas da classe trabalhadora. No curso da UFPI, as transformações vivenciadas na realidade brasileira e piauiense atravessaram os debates acadêmicos e os muros da Universidade, passando a fazer parte do currículo construído:

A proposta de revisão curricular pressupõe a busca de superação de um modelo de formação profissional alienado das condições históricas da realidade brasileira, exigindo um esforço coletivo de análise estrutural e conjuntural dessa realidade, visando apreender sua dinâmica (UFPI, 1987, p. 8).

Buscou-se a construção de um projeto de formação sintonizado com as transformações vivenciadas na sociedade brasileira e com a categoria no país. No cenário nacional, havia sido aprovado um novo currículo mínimo para os cursos de Serviço Social em agosto de 1982, estabelecido no Parecer nº 412/1982 do CFE, fruto de um processo de revisão iniciado no final da década de 1970, sob coordenação da então Associação Brasileira de Escolas em Serviço

Social (Abess), que envolveu diversos cursos de Serviço Social do país, assim como contou com a participação do movimento estudantil. O referido currículo buscava uma visão mais ampla da realidade, de forma a “capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico-estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação” (Brasil, 1982).

Com o novo currículo, o processo formativo da UFPI passava a romper com uma perspectiva mais tradicional e conservadora da profissão e adotava uma orientação crítica, que compreendia o Serviço Social inserido na realidade sócio-histórica, claramente influenciada pela corrente de pensamento marxista. A proposta curricular visava formar profissionais dotados de:

Clara compreensão da estrutura e conjuntura sócio-econômica e política a nível local, regional e nacional; consistente base teórico-metodológica que possibilite posicionamento crítico sobre a inserção do Serviço Social nos processos históricos das realidades sociais concretas; comprometido com uma ação efetiva na realidade social concreta, considerando alternativas da prática interventiva do Serviço Social que se colocam tanto no campo das ações do Estado quanto junto aos movimentos sociais populares (UFPI, 1987).

Assim, há avanços qualitativos em relação a proposta curricular anterior, na busca por formar profissionais críticos, capazes de intervir sobre demandas locais, regionais e nacionais, perpassando a compreensão da estrutura, a necessidade de embasamento teórico-metodológico e a dimensão investigativa da profissão. Fica explícito, portanto, no perfil profissional e nos objetivos, a direção política do projeto de formação da UFPI, articulado a um projeto de sociedade crítico ao capitalismo, em sintonia com o movimento realizado pelo Serviço Social no cenário nacional.

Sabe-se que a interlocução do Serviço Social com a tradição marxista acontece a partir da década de 1960, sendo apenas na década de 1980 que há referência efetiva a teoria social de Marx na literatura da profissão, no cenário da renovação da profissão no país, com ênfase na intenção de ruptura (Netto, 2015), sobretudo a partir da publicação da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” (Iamamoto; Carvalho, 2007). No Piauí, essa aproximação e influência mais direta da teoria de Marx na formação se deu de forma tardia, sendo observada explicitamente a partir de 1987, com a revisão curricular. Esse é um elemento fundamental do novo currículo: a vertente marxista como fundamento teórico-metodológica na formação.

Em pesquisa monográfica realizada por Silva (2019), foi questionado a docentes do curso da UFPI sobre como se deu o processo de transição do Serviço Social tradicional para um currículo mais crítico, sobretudo a partir da introdução da teoria social de Marx no processo de formação, sintetizados nos depoimentos a seguir:

Eu integrei a comissão de apoio a revisão curricular, aí nesse processo a gente já começou a introduzir disciplinas que tivesse a discussão desses fundamentos da teoria mais crítica. [...] Nós começamos a trabalhar não só os anteriores fundamentos, mas já introduzir sobretudo a partir de Marx, a influência marxista no Serviço Social [...] A gente queria formar um profissional investigativo, crítico, que tivesse um posicionamento político, mas que tivesse uma boa bagagem teórica e técnica também (Professora 2). (Silva, 2019, p. 39).

O que mais se discutia naquele momento era exatamente a superação de uma matriz funcionalista que dominava a intervenção profissional, sobretudo, na perspectiva de culpabilizar os indivíduos pela sua condição de desigualdade social, pela sua condição de desemprego, pela sua condição de... enfim, de um modo geral, pela sua condição social (Professora 4). (Silva, 2019, p. 47-48).

Dessa forma, o novo currículo implementado no curso da UFPI se assenta sob a vertente marxista, perpassando toda a lógica da formação, desde os objetivos do curso, o perfil profissional formado, a organização curricular, as disciplinas e os conteúdos ministrados. Em outro momento, é destacado sobre a importância das abordagens marxistas para a formação em Serviço Social na UFPI:

A teoria marxista, a partir do que o Marx propôs por meio do método de análise da realidade, contempla a necessidade que a gente tem de compreender a realidade na sua totalidade, em relação aos determinantes sociais que são amplos. [...] A gente entendeu que o positivismo limitava muito do ponto de vista de você se reduzir apenas aos fatos sociais, sem fazer a articulação com o contexto. Através do marxismo não, você tem um olhar para esse contexto e perceber aquilo que está acontecendo, e quais as implicações que isso tem do ponto de vista da repercussão sobre a sociedade [...] na medida em que ele questiona a ordem social e estabelece outras perspectivas de análise dessa realidade social (Professora 2) (Silva, 2019, p. 42).

No currículo que eu estava, a gente teve uma formação muito centrada na teoria marxista, e inclusive, a gente estudava não apenas Marx como o teórico mais importante, o fundamentador da teoria, mas a gente estudava Gramsci. [...] Avaliando daqui pra lá, eu percebo que a gente tinha uma formação muito sólida e muito interessante dentro dessa perspectiva marxista (Professora 4). (Silva, 2019, p. 47).

Com certeza, esse conjunto de conhecimentos que o aluno adquire que tem a ver com esse aporte da teoria social de Marx, vai servir de bases pra leitura crítica da realidade, então, a compreensão da mais-valia como elemento fundamental à exploração do trabalho excedente e trabalho não pago, quer dizer, a consciência desse modelo e uma série de outros conceitos que diz respeito a como funciona o sistema produtivo capitalista vai gerar a possibilidade de um profissional que compreenda como funciona o sistema econômico nacional (Professora 6) (Silva, 2019, p. 55).

Assim, a formação em Serviço Social na UFPI, a partir do segundo currículo pleno, passa a ser direcionada pela tradição marxista, tendo ainda uma ampliação significativa de conteúdos de base teórica no âmbito das Ciências Sociais, sobretudo na discussão sobre o

materialismo histórico e dialético, que estava presente nas ementas nas disciplinas de filosofia, teoria sociológica e teoria do Serviço Social. Além disso, as discussões sobre sociedade capitalista, questão social, classes sociais, movimentos populares, dentre outras categorias que dialogam com o pensamento social de Marx, estavam presentes em diversos momentos do referido currículo.

Sob a vigência da proposta curricular, percebe-se de forma mais direta as discussões sobre a reconceituação e autores de importante tradição marxista presentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social. Esse processo estava em consonância com o vivenciado pela categoria no cenário nacional, em que a profissão avançava na produção acadêmica, sobretudo resultante das interpretações pautadas na teoria de Marx, o que contribuiu para a conquista da maioria intelectual da profissão.

A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (Guerra, 2009, p. 702)

A articulação com as Ciências Sociais e, sobretudo, com a tradição marxista foi fundamental para o avanço de uma cultura da pesquisa e da ciência no Serviço Social brasileiro. A conquista da hegemonia da teoria social de Marx na literatura especializada da profissão, em meados da década de 1980, repercutiu na ampliação da produção do conhecimento produzido pelo Serviço Social no país e na consolidação da sua maturidade intelectual, o que também pode ser observado no âmbito da formação na UFPI, especialmente a partir do segundo currículo.

A proposta curricular também apresentava conteúdos voltados a discussão da matriz teórica funcionalista, de forma secundária, além de situar outras matrizes, mais superficialmente. A compreensão sobre essas vertentes teóricas que influenciaram e influenciam o modo de ser e de fazer do Serviço Social em sua história, sinaliza uma busca pelo pluralismo na formação no referido currículo, entretanto, é necessário problematizar até que ponto não se beira ao ecletismo.

Pluralismo, como bem analisa Coutinho (1991, p. 13), compreendido como:

[...] a necessidade do debate de ideia. É através da troca de ideias, da discussão com o diferente, que podemos afinar nossas verdades, fazer com a teoria se aproxime o mais possível do real. Não há ciência que esgote o real, pois a ciência é sempre aproximativa. Então, é absolutamente necessário o debate de ideias, no sentido de esclarecer nossas posições em relação a aproximação a uma verdade cada vez mais abrangente.

O ecletismo, ao contrário, seria conciliar pontos de vista inconciliáveis, posições incompatíveis, como ocorreu em diversos momentos da trajetória do Serviço Social em que, na busca incessante por uma teorização ou uma metodologia de ação, a profissão abraçou modelos teóricos incompatíveis entre si. Essa herança permanece sob o segundo currículo do curso de Serviço Social da UFPI que, mesmo com esforço em se aproximar da matriz marxista, ainda se organizava sob estruturas funcionalistas.

Essa perspectiva é assinalada por Frazão (1993), a partir de pesquisa monográfica realizada com estudantes que cursavam o referido currículo:

O currículo prioriza duas matrizes teóricas. Essas matrizes são trabalhadas no curso sendo, o funcionalismo, o momento “alienado” do serviço social; e o materialismo histórico e dialético, o momento de superação, de libertação. O materialismo histórico e dialético se coloca como a corrente teórica mais importante na formação profissional, é repassada como se fosse a única “luz” para o serviço social. O funcionalismo, apesar de garantido nas disciplinas, não ocupa lugar de destaque, é sempre colocado como se fosse a grande “vergonha” do serviço social, o responsável por prática desenvolvida sem um posicionamento crítico (Frazão, 1993, p. 62).

Nessa direção, é inclusive citado alguns documentos, que a corrente de inspiração marxista era apresentada na formação em Serviço Social da UFPI como um “dogma”, enquanto o conteúdo sobre o funcionalismo não era devidamente apreendido em sua essência, gerando compreensão meramente polarizada e imediatista sobre as duas perspectivas teórico-metodológicas (UFPI, 1990a). Isso sinaliza uma concepção frágil e dicotômica das teorias, contraditória com o método histórico dialético, o que indica uma apreensão enviesada dos fundamentos teórico-metodológicos no projeto formativo.

Isso resultou no que Quiroga (1991) denomina como invasão da lógica positivista no pensamento de Marx na formação em Serviço Social na época. Essa problemática estava presente em diversos cursos de Serviço Social do Brasil que implementaram o currículo mínimo de 1982, o que resultou em uma apropriação do marxismo mais como uma metodologia, em detrimento do seu patamar de teoria social.

Importante retomar a análise de Netto (2015), ao afirmar que a primeira aproximação do Serviço Social brasileiro com a tradição marxista se deu forma problemática, em um “marxismo sem Marx”, gerando uma apropriação secundária, enviesada e eclética da teoria. Esse cenário fornece pistas importantes para compreender algumas das limitações encontradas no segundo currículo do curso de Serviço Social da UFPI, no que diz respeito a incorporação, com certa fragilidade teórica, da vertente marxista, como pode ser observado na passagem a seguir de docente do referido curso na época:

[...] num primeiro momento, a minha aproximação e a apropriação das

diferentes matrizes teóricas ainda estavam muito ligadas às leituras de segundas, terceiras ou mais interpretações do pensamento dos principais autores que falavam dessas teorias; outras vezes, a apropriação do Marxismo, por exemplo, se dava a partir de leituras de marxistas que positivavam Marx e seu pensamento, bem analisado na obra de Quiroga (1991). A divulgação dos livros de Martinelli (1989), Yamamoto e Carvalho (1986), Yamamoto (1992, 1998) e Netto (1991, 1992) foram fundamentais para o meu “despertar” para uma leitura mais aprofundada e crítica dos clássicos e dos principais representantes das diversas correntes teóricas que influenciavam o Serviço Social. E essa nova postura profissional, de ler os principais clássicos dessas correntes teóricas ganhou força quando da realização do meu mestrado (Guimarães, 2017, p. 24-25).

Além da necessidade de leitura direta da obra marxiana, outro elemento problemático se dava pela insuficiente capacitação do corpo docente acerca de novos conteúdos postos com a revisão curricular. Isto, pois, o quadro docente da UFPI, naquele momento, advinha de uma formação tradicional que dispunha de parca discussão teórica e ausência de conteúdos voltados a tradição marxista. Ademais, naquela época, eram poucos os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social existentes no país e, no geral, eram concentrados em outros Estados e regiões, o que dificultava a formação pós-graduada por docentes da UFPI, de modo que no período da implantação do segundo currículo apenas dois professores(as) do quadro eram mestres e o restante apresentava somente o título da graduação.

Essa dinâmica era observada em todo o país, em que “via de regra, os professores de Serviço Social, frente as exigências atuais do projeto de formação profissional, deparam-se com a séria dificuldade: ter que ensinar teoria sem a necessária formação teórica” (Carvalho, 1986, p. 29). Isto, pois, como defendia Netto (1991, p. 94), “o ensino dos conteúdos pertinentes à tradição marxista depende, em primeiríssimo lugar, da qualificação dos quadros docentes. Isto implica uma preparação de base geralmente longa e um sistemático e contínuo trabalho intelectual”, e isso ainda aparecia como um desafio a ser enfrentado pelo corpo docente de Serviço Social da UFPI. Enfrentava-se o difícil desafio de “aprender a desaprender”, como dizia o poeta Fernando Pessoa (1965).

Essa questão reverberou em outras fragilidades no segundo currículo da UFPI, como a fragmentação entre os conteúdos de “teoria, método e história” do Serviço Social, que foram criados na busca pela superação da tríade de Serviço Social de “caso, grupo e comunidade”. Essa problemática já era observada no currículo mínimo de 1982, conforme analisa Netto (1986), que critica o “corte” realizado entre teoria e metodologia, e o divórcio destas com a história, que expressam uma compartimentalização na formulação do projeto curricular. Para o autor, a própria fragmentação desses conteúdos revela, em sua essência, uma concepção funcionalista da realidade:

Se eu me volto a pensar o Serviço Social [...] de que nós vamos ter uma teoria, uma história e um método – está diretamente ligado a quê? À concepção positivista [...] estrutural-funcionalista; de supor que eu posso cortar um fenômeno da realidade, abstraí-lo, estudá-lo em si e depois remetê-lo à totalidade social (Netto, 1986, p. 54).

O modo como esses conteúdos eram trabalhados no projeto formativo expressava uma concepção positivista da realidade, incompatível com a teoria social de Marx e que, portanto, tende ao ecletismo (Netto, 1986). Essas e outras questões analisadas pelo autor acerca das “ambiguidades” do currículo de 1982, resgatam “velhos dilemas” da categoria, como o debate acerca da existência de uma metodologia e uma teoria própria do Serviço Social, decorrentes da busca por um estatuto técnico-científico para a profissão, que são herança de uma visão positivista.

Desse modo, muitas das dificuldades encontradas no segundo currículo do curso de Serviço Social da UFPI eram reflexo da proposta curricular nacional vigente, que trazia determinadas imprecisões teóricas e atualizava velhos dilemas da formação profissional, sob novas roupagens.

Esses elementos provocaram uma tendência teorista na formação profissional, que privilegiava a discussão teórica por si mesma, de forma fragmentada da compreensão da realidade concreta, refletindo no perfil dos(as) profissionais que eram formados(as) naquele momento que, muitas vezes, tinham uma visão “heroica” do Serviço Social, como destacado no trecho a seguir, retirado de relatório sobre o referido currículo do curso da UFPI:

[...] No geral, os discentes: consideram a profissão como o “poder de transformar” a sociedade; buscam receitas que deverão ser postas em prática, na realidade profissional; são muito críticos, mas sem uma: “consistente” base teórico-metodológica; “clara compreensão” da estrutura e conjuntura. [...] Em síntese, o perfil do profissional que se pretende formar termina sendo aquele dotado, sobretudo, da capacidade crítica. E isso, crítica, pela crítica (Guimarães, 1990b, p. 4-5).

Essa concepção se coaduna com a perspectiva messiânica da profissão, assim denominada por Iamamoto (2015, p. 22), entendida como “uma visão heroica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social”. Carvalho (1986) já sinalizava essas tendências em várias escolas de Serviço Social no país no processo de implementação do currículo mínimo de 1982, que traziam um estudo mecânico de conceitos e uma visão formalista e a-histórica do conhecimento, sem se articular efetivamente com a realidade ou com a intervenção profissional.

Esses elementos também evidenciam a necessidade de maior articulação entre as dimensões teórico-metodológica e interventiva na formação profissional que, segundo entrevista com discentes formados(as) pelo referido currículo da UFPI, era necessário para a formação “sair do nível teórico e investir na instrumentalização” (UFPI, 1990b, p. 10).

Apesar disso, são incontestáveis os avanços trazidos pelo segundo currículo pleno de 1987 para a formação em Serviço Social na UFPI, sobretudo na busca pelo rompimento com o conservadorismo na profissão e pela aproximação com a tradição marxista. Conforme análise de Guimarães (2017), o referido projeto curricular perseguiu os anseios da “intenção de ruptura”, expressando, portanto, o movimento vivenciado pelo Serviço Social na realidade brasileira, refletindo ainda a dinâmica de efervescência social e política do país naquele momento. Intenção de ruptura, compreendida por Netto (2015), no cerne do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, como uma perspectiva que:

[...] possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). [...] Na sua evolução e explicitação, ela recorre progressivamente à tradição marxista (Netto, 2015, p. 206).

No entanto, como visto, o segundo currículo apresentava resquícios de continuidade com o anterior, revelando novos desafios e limites que precisariam ser enfrentados. Foi diante desse cenário que foi realizada uma nova revisão curricular, no sentido de materializar os avanços trazidos e superar as fragilidades, visando ainda dinamizar a formação em Serviço Social da UFPI para responder as novas exigências e necessidades postas à profissão.

Nessa direção, em 1994 foi aprovado o terceiro currículo pleno do curso, implementado em um cenário de grandes transformações sociais, políticas e econômicas no país e na profissão. Na conjuntura nacional, vivenciavam-se os ventos democráticos após a aprovação da nova Carta Magna, que consagrava uma nova relação entre Estado e sociedade civil, sendo conhecida como “Constituição Cidadã”. O início da década de 1990 também foi marcada por importantes avanços para o Serviço Social, com a aprovação do Código de Ética de 1993 e da Lei de Regulamentação da profissão. Ao mesmo tempo, foi nesse contexto que se desenvolveu a contrarreforma do Estado que, sob o discurso de crise fiscal, coloca em pauta uma agenda neoliberal, atendendo a orientação dos organismos econômicos internacionais, a qual impacta as políticas sociais, o mundo do trabalho e provoca o agravamento da questão social. Essas questões da realidade atravessaram os debates da categoria e permearam a reformulação curricular do curso de Serviço Social da UFPI.

O referido currículo tinha como objetivo geral: “formar profissionais com competência teórico-metodológica e técnica para compreender e intervir na realidade social brasileira e piauiense, atentos para as novas questões que se apresentem frente a esta realidade” (UFPI, 1994, p. 11).

O novo currículo passou a incluir conteúdos sobre o marxismo, o positivismo, o funcionalismo, a fenomenologia, o estruturalismo e as tendências teóricas pós-modernas. Essa mudança visava superar as limitações da proposta anterior, que estava centrada no materialismo dialético de Marx e abordava o positivismo apenas de forma superficial. Assim, a formação no curso de Serviço Social da UFPI avançava em direção ao pluralismo, mas permanecia com a centralidade das discussões inspiradas na abordagem marxista.

Além disso, há incorporação de conteúdos voltados a compreensão e aos debates que ganham foco nos fins da década de 1980 no cerne das Ciências Humanas e Sociais, como a crise da modernidade e da razão, que gera a ampliação da discussão sobre as denominadas teorias pós-modernas, bem como seus impactos na produção do conhecimento e no Serviço Social, conforme explica Simionatto (2019):

Os embates em torno da chamada “crise dos paradigmas” ou das “grandes narrativas” e o proclamado fim das ideologias e das utopias colocaram em xeque o projeto da modernidade e os sistemas globalizantes de explicação da vida social. A razão dialética, até então afirmada como um conhecimento que é também ferramenta de luta política e social e, portanto, de transformação revolucionária da sociedade, é desqualificada em favor das tendências pós-modernas e sua contraposição ao marxismo (Simionatto, 2019, p. 94).

O terceiro currículo do curso de Serviço Social incorpora esse debate, em consonância com o movimento vivenciado pela categoria no cenário nacional, no qual essas questões se apresentavam como parte das discussões da reformulação curricular no país na década de 1990.

Cabe evidenciar que, enquanto era aprovado em 1994 o terceiro currículo pleno de Serviço Social na UFPI, em 1996 ocorria a reformulação de um novo currículo mínimo para as escolas de Serviço Social do país e a aprovação das Diretrizes Curriculares da Abepss. Além disso, nesse período, também eram definidas um conjunto de medidas pelo Governo Federal que iriam afetar a estrutura de todos os currículos dos cursos do Brasil, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o que também desencadeia um amplo processo de discussão sobre os rumos da formação profissional.

Fruto de debates e construções coletivas da categoria, as Diretrizes Curriculares expressam um projeto de formação para o Serviço Social brasileiro que se alinha a um projeto societário em que a educação é concebida como direito social e dever do Estado, conformando o Projeto Ético-Político da profissão, ao lado do Código de Ética de 1993 e da Lei nº

8.662/1993, direcionado por bases teórico-metodológicas críticas e perspectivas ético-políticas emancipatórias.

Em 2007, o curso de graduação em Serviço Social da UFPI implementa o seu Projeto Pedagógico, alinhado à proposta nacional, que deu base para o quarto currículo. No ano de 2012, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) sofre alguns ajustes, na reestruturação de conteúdos e disciplinas. O referido projeto se organiza a partir de três núcleos de fundamentação, em conformidade com as Diretrizes Curriculares: Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Esses núcleos congregam os conteúdos que precisam ser apreendidos no processo formativo, desdobrando-se em áreas de conhecimento, que traduzem o conjunto de componentes curriculares, de forma a romper com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas, assim como ultrapassar o modo de apreensão fragmentada dos conteúdos e do conhecimento. Portanto, manifestam “níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (Abess/Cedepss, 1996, p. 9).

Assim, os núcleos representam um conjunto de conteúdos necessários para a formação profissional que se articulam como eixos estruturadores do projeto formativo, compreendidos como uma unidade, a partir de uma perspectiva de totalidade:

Compreender essa lógica de articulação dos núcleos de fundamentação é entender os fundamentos da profissão e o próprio método materialista-histórico e dialético que ancora essa concepção, pois parte do entendimento de que os conteúdos dos núcleos não estão desconectados de uma materialidade – o processo de produção e reprodução da vida social –, mas explicita as dimensões de universalidade, particularidade e singularidade na leitura e apreensão da realidade concreta. Essas dimensões são fundamentais para que, na formação, o aluno possa apreender os processos pelos quais o trabalho profissional se desenvolve, entendendo que essa leitura é condição necessária para se ultrapassar as demandas imediatas presentes no cotidiano profissional (Maroneze; Fortune, 2023, p. 141).

A questão social ganha centralidade na formação profissional com as Diretrizes Curriculares, concebida como a base de fundação sócio-histórica da profissão. Dessa forma, a concepção de questão social trazida no projeto de formação da Abepss expressa o debate amadurecido pela categoria, sobretudo desde a década de 1980, que compreende, como sintetiza Netto (2001), a questão social como constitutiva da sociabilidade capitalista, expressão das relações de contradição e exploração entre capital e trabalho, portanto, uma compreensão à luz da teoria social de Marx.

Em consonância com a proposta nacional, o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFPI também dá centralidade ao tema. Na estrutura curricular, a discussão sobre a

questão social aparece de forma transversal, tanto como conteúdo ministrado em diversas disciplinas, como nos pressupostos balizadores da formação, nos objetivos do curso e nas competências e habilidades esperadas pelos(as) egressos(as). É introduzida uma disciplina com a nomenclatura “Questão Social”, com carga horária de 60 horas, com seguinte ementa: “Emergência, significados, desenvolvimento e configuração da questão social no Brasil, destacando as dimensões gerais da questão social na contemporaneidade” (UFPI, 2012, p. 59). Além disso, a discussão está presente tanto em ementas e bibliografias de outros componentes curriculares, como Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social, Oficina de Expressões e Vivências de Questão Social no Piauí, Processo de trabalho, Política Social e Seminário de Prática.

Iamamoto (2015) ressalta que, com as Diretrizes Curriculares da Abepss, a formação passa a ter como foco, além da questão social, na discussão sobre o trabalho profissional, o que é um avanço importante comparado com as propostas curriculares anteriores, que traziam uma concepção limitada de “prática”, apreendida de forma segmentada e dicotômica da teoria. O debate sobre o trabalho vem adquirindo maior visibilidade na categoria desde meados de 1980, a partir do diálogo com a teoria social de Marx, que passa a compreender a profissão como especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho e inserida na relação contraditória das classes sociais.

Assim, Iamamoto (2015, p. 95) defende que “transitar do foco da prática ao trabalho não é uma mudança de nomenclatura, mas de concepção”, que tem como subsídio o pensamento de Marx. Implica apreender o trabalho como categoria central na produção e reprodução na vida social, chave para compreensão das relações econômicas e sociais, que atravessam o exercício profissional do(a) assistente social. Assim, é inegável que essa concepção é inspirada na tradição marxista.

De tal modo, no cerne das mudanças postas pelas Diretrizes Curriculares da Abepss, está a centralidade do debate sobre o trabalho profissional, o que é verificado no PPC da UFPI, como destaca o trecho a seguir:

A nova lógica curricular tem o trabalho como central na constituição do ser social. Neste horizonte é colocado para o processo de formação profissional o entendimento do processo de trabalho do assistente social no cerne do debate teórico-metodológico que possibilite uma apreensão crítica do ideário profissional (UFPI, 2012, p. 20).

A importância da compreensão do Serviço Social enquanto trabalho e a centralidade dessa categoria na formação profissional é trazida no depoimento de uma docente do curso de Serviço Social da UFPI:

[...] A categoria trabalho leva a gente pensar o próprio exercício profissional, como o trabalho, o que nos associa a categoria, a classe trabalhadora. Então, esse é um elemento fundamental para o nosso Projeto Ético-Político, que é a defesa dos interesses dessa classe trabalhadora, da qual nós nos incluímos. [...] A alienação é um elemento central também porque a gente compreende que o processo de alienação mesmo associado aos processos de trabalho. Ele também permite que a gente compreenda que nós estamos inseridos em processos que podem levar à alienação, se a gente não ultrapassar o imediatismo, o trefismo, esse praticismo sem teoria. [...] Eu compreendo que essas categorias elas não são conceitos, são categorias que expressam a realidade como ela é, e compreender é fundamental (Professora 5). (Silva, 2019, p. 51).

O trecho anterior assinala para uma concepção de trabalho pautada na teoria crítica de Marx, que concebe o(a) assistente social enquanto trabalhador assalariado e, portanto, inserido nas contradições inerentes a classe trabalhadora. Esse é um marco fundamental que separa substantivamente o Projeto Pedagógico atual dos currículos anteriores do curso de Serviço Social da UFPI que, até então, tinham uma compreensão limitada do exercício profissional enquanto “prática” ou “intervenção”.

Assim, essa concepção do Serviço Social enquanto trabalho, que fundamenta o projeto de formação profissional, possibilitou ainda um avanço no debate sobre as dimensões técnico-operativas, articuladas a teórico-metodológico e ético-política, inexistente nos currículos anteriores. No caso do terceiro currículo pleno há um avanço, entretanto, permanece o foco nos fundamentos teóricos do Serviço Social, que trabalhavam de forma fragmentada tanto a história da profissão quanto a dimensão interventiva.

As Diretrizes Curriculares colocam como princípios que fundamentam a formação profissional:

Riguroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.

Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade (Abess/Cedepss, 1996, p. 6)

Esses princípios delineiam um perfil profissional com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão crítica do processo histórico como totalidade (Abess/Cedepss, 1996). Dessa forma, é nítido que o projeto formativo do Serviço Social é calcado em uma perspectiva histórico-crítica, orientada pela tradição marxista:

As diretrizes da ABEPSS asseguram o pluralismo teórico, mas possuem uma clara orientação da formação profissional fundada na teoria social crítica de Marx e na tradição marxista, que orienta a compreensão da sociedade capitalista de modo crítico, que considera as expressões da questão social como objeto de intervenção do serviço social e o trabalho como categoria-

chave para compreender a relações econômicas e sociais (Boschetti, 2004, p. 26).

É possível verificar conteúdos específicos voltados para a compreensão do pensamento social de Marx e de abordagens marxistas em diversos componentes do Projeto Pedagógico, que citam diretamente, em suas ementas ou bibliografias, Marx ou marxismo, tais como: Introdução ao Serviço Social, Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social, Economia Política, Iniciação a Política, Pesquisa Social, Processo de Trabalho e Seminário Temático. As obras citadas de Marx nas bibliografias são: A ideologia Alemã; Contribuição à crítica da Economia Política; O Capital; e Manifesto do partido comunista.

Além dessas, existem diversas disciplinas que trabalham em seus conteúdos autores da tradição marxista, sobretudo na literatura do Serviço Social crítico, pós-reconceituação. Dentre os mais citados no PCC estão: José Paulo Netto (11), Marilda Iamamoto (9), Carmelita Yazbek (5), Ana Elizabete Mota (5), Ivanete Boschetti (4), Elaine Behring (3) e Vicente Faleiros (3), que expressam um pouco da vasta produção teórica construída pelo Serviço Social brasileiro a partir da interlocução com o pensamento marxista.

Há uma diversidade de autores e interpretes da abordagem marxista. Dentre os pensadores reconhecidos da tradição do marxismo clássico citados no Projeto Pedagógico estão Gramsci, Lenin e Lukács. Alguns outros autores de abordagem marxista que se destacam são: Louis Althusser, Eric Hobsbawm, Ernest Mandel e Karel Kosic. Todavia, são pouco citados, presentes sobretudo como bibliografia no componente curricular de Seminário Temático II, que tem como ementa o estudo marxismo. Esse fato não implica, entretanto, que esses autores não sejam incorporados nos planos de outras disciplinas, a depender das escolhas dos(as) docentes que as ministram.

Observa-se ainda um maior espraiamento de autores de abordagem marxista no país permeando a bibliografia de outros componentes curriculares, como Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social (FHTM), Questão Social, Política Social, Sociedade Civil e Movimentos Sociais. É o caso de Carlos Nelson Coutinho, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Francisco de Oliveira.

Assim, a teoria social de Marx orienta o PPC de Serviço Social da UFPI, que se alinha a perspectiva hegemônica no Projeto Ético-Político da profissão, conforme é possível observar em todo o documento curricular, nos pressupostos formativos, nos objetivos do curso, nas ementas e bibliografias das disciplinas. Todavia, isso não significa que o mesmo não seja pautado no pluralismo, seguindo inclusive os direcionamentos das Diretrizes Curriculares, que apresentam como princípio que fundamenta a formação:

Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais (Abess/Cedepss, 1996, p. 7).

Essa concepção se alinha ao princípio do Código de Ética de 1993, que defende a “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (Brasil, 2012, p. 24). Pluralismo, como analisado anteriormente, compreendido como debate de ideias e concepções de mundo, “um modo de convivência entre correntes de pensamento, pois reconhece, aceita a existência de diferentes posições, opiniões e pensamento” (Yazbek, 2019, p. 51). Essa perspectiva também permeia o PPC da UFPI, que apresenta como princípio que fundamenta a formação: “pluralismo teórico como eixo na construção da direção social da formação profissional” (UFPI, 2012, p. 18).

Nessa direção, as disciplinas de Seminário Temático discutem as distintas correntes teóricas que dialogam com o Serviço Social, como positivismo / funcionalismo, marxismo, fenomenologia, estruturalismo, dentre outras. Além dessas, os componentes curriculares de FHTM também têm em seu conteúdo a compreensão das distintas matrizes do pensamento social que orientam a profissão em sua trajetória, assim como os rebatimentos das teorias pós-modernas no Serviço Social na contemporaneidade. Na disciplina de Ética profissional, o pluralismo é apresentado como princípio do Código de Ética de 1993, o que exige a apreensão das diferentes orientações ético-políticas da profissão em sua trajetória e seus fundamentos teórico-metodológicos. Tem-se ainda o componente de Pesquisa Social que discute as matrizes teóricas e os métodos na pesquisa social, com foco no método em Marx.

Assim, os(as) discentes formados(as) no curso de Serviço Social da UFPI têm, ao longo do seu processo formativo, a possibilidade de conhecer e dialogar sobre as distintas matrizes teóricas das Ciências Sociais e compreender sobre sua influência na profissão e na realidade, tendo os fundamentos orientadores pela tradição marxista como hegemônico.

Outro aspecto importante trazido pelas Diretrizes Curriculares é a centralidade da pesquisa na formação em Serviço Social, ao considerar as “dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade”, assim como a “indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão” (Abess/Cedepss, 1996, p. 6). De tal modo, é ultrapassada a concepção da pesquisa apenas como disciplina, constituindo-se como um dos princípios e condição da formação profissional, possibilitando uma postura investigativa que deve ser transversal a todo o processo

formativo, de forma a garantir que “[...] o perfil do/da profissional contivesse a determinação dialética da busca da superação da aparência pela mediação da investigação em direção ao concreto pensado” (Pontes, 2023, p. 96).

O Projeto Pedagógico de Serviço Social da UFPI está em consonância com essa perspectiva, ao estabelecer não apenas disciplinas de pesquisa social, monografia, oficinas, como também prevê a utilização de instrumentos avaliativos do processo de ensino-aprendizagem que estimulem a realização de pesquisas, trabalhos científicos etc. A dimensão investigativa também é fomentada na vivência do estágio supervisionado, na busca por articular pesquisa e trabalho profissional. Além disso, está previsto no projeto a inserção de estudantes em grupos e núcleos de pesquisa, em programas de iniciação científica, em eventos científicos, a produção de artigos para apresentação em congressos, dentre outros, que são contabilizados como carga horária para as atividades complementares. Cabe evidenciar que todo esse processo foi dinamizado pela qualificação do corpo docente que, na implementação do PPC, passou a ser formado integralmente por mestres(as) e doutores(as).

As temáticas latentes no projeto de formação vão ganhando espaço nas pesquisas dos(as) discentes e docentes do curso, tais como: políticas sociais, seguridade social, proteção social, direitos sociais, cidadania, transformações no mundo do trabalho, expressões da questão social, processos de trabalhos do(a) assistente social, movimentos sociais, dentre outros. No geral, observa-se um alinhamento dos estudos com a tradição marxista, a partir da análise pelo método dialético crítico ou pelas bibliografias utilizadas, mas também há pesquisas que dialogam com outras tendências teóricas, embora sejam em número reduzido.

Considerações finais

O artigo pretendeu contribuir com a literatura acerca do Serviço Social no Piauí, a partir de um olhar investigativo para os seus fundamentos, subsidiado por uma análise na dialética crítica. Compreender as particularidades e os significados sócio-históricos da profissão e da formação nos distintos estados e regiões é fundamental para retroalimentar os estudos de reconstrução histórica do Serviço Social no Brasil e para enfrentar os desafios postos na contemporaneidade, na medida em que “a história é a fonte de nossos problemas e a chave de suas soluções” (Iamamoto, 2015, p. 203).

A análise da trajetória da formação no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí ao longo de quase cinco décadas revela, mais do que os registros curriculares, marcas temporais, que articulam interesses individuais e coletivos, visões de mundo, tendências

teórico-metodológicas, projetos de profissão e de sociedade distintos, que só podem ser compreendidos a partir de sua inserção na realidade sócio-histórica do Brasil e do Piauí.

Em seu surgimento, em 1976, permeava no curso de Serviço Social da UFPI um currículo guiado por uma perspectiva conservadora de profissão e de sociedade, permeado por fundamentos funcionalistas, que atendia a lógica da proposta curricular nacional vigente em 1970 e aos interesses do Estado ditatorial. Apenas a partir de 1987 é possível verificar a influência da tradição marxista no projeto de formação, com a reformulação curricular na UFPI, alinhado ao currículo mínimo de 1982, que acompanhava os importantes acontecimentos históricos, sociais, políticos e econômicos vivenciados pelo Serviço Social e pela sociedade no país e no Estado na época. Assim, o segundo currículo pleno apresenta avanços fundamentais em relação ao anterior, com uma visão ampla e crítica sobre a profissão e a realidade, mas ainda trazia fragilidades teórico-metodológicas, que evidenciavam, dentre outros elementos, a necessidade de uma melhor compreensão acerca da teoria social de Marx, as quais o terceiro currículo, aprovado em 1994, buscou superar. Em 2007, com a aprovação do Projeto Pedagógico à luz das Diretrizes Curriculares da Abepss, o curso de Serviço Social da UFPI consolida uma direção social crítica na formação, tendo o pensamento marxista como fundamento teórico-metodológico hegemônico, mas dialogando com outras matrizes do conhecimento, em uma perspectiva pluralista.

O aprofundamento de estudos acerca dos fundamentos do Serviço Social e das contribuições da tradição marxista para a profissão é fundamental, sobretudo na realidade atual, em que o avanço do ultraneoliberalismo e neoconservadorismo tem colocado profundos desafios para a defesa do Projeto Ético-Político da profissão, que se coloca radicalmente oposto a essas perspectivas, vinculado a construção de uma nova ordem societária sem dominação, opressão e exploração. No que tange a política de educação, o crescimento da privatização, do ensino à distância, da precarização da formação e o sucateamento das universidades públicas reforçam a importância do fortalecimento de um projeto formativo pautado em princípios ético-políticos emancipatórios e fundamentos teórico-metodológicos críticos, tal qual apregoa as Diretrizes Curriculares da Abepss.

Referências bibliográficas

- ABESS / CEDEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.) Rio de Janeiro, novembro de 1996.
- BRASIL. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

- BRASIL. *Resolução CNE/CES 6*, de 23 de setembro de 1982. Fixa os mínimos de conteúdo e de duração do Curso de Serviço Social, com base no Parecer nº 412/82, homologado pela Ministra da Educação. Brasília, 1982.
- BRASIL. Conselho Federal do Educação – CFE. *Parecer nº 242/70*, de 13 de março de 1970. Fixa o Currículo Mínimo e estabelece a duração do Curso de Serviço Social.
- BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das Diretrizes Curriculares e dificuldades na sua implementação. *Temporalis*. Ano 4, n. 8, jul./dez. 2004. Porto Alegre: Abepss, Gráfica Odisseia, 2004.
- CARVALHO, Alba Maria P. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. *Cadernos ABESS 1 – O processo da formação profissional do assistente social*. São Paulo: Abess/Cedepss, outubro de 1986, p. 17-42.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. *Cadernos ABESS 4 – Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional*. São Paulo: ABESS/CEDEPSS, maio de 1991, p. 5-17.
- FERREIRA, Maria Dalva M.; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e S.; GUIMARÃES, Simone de Jesus. O Serviço Social no Piauí. In: JUNIOR, A.A.S. (Org.). *A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste*. Curitiba: CRV, 2021a, p. 67-80.
- FERREIRA, Maria Dalva M.; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e S.; GUIMARÃES, Simone de Jesus. O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí: contexto histórico e singularidades. In: MOTA, Ana Elizabete; VIEIRA, Ana Cristina; AMARAL, Angela (Orgs.) *Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação*. São Paulo: Cortez Editora, 2021b, p. 216-230.
- FRAZÃO, Maria Aurenice M. *A formação profissional do assistente social na UFPI – problemas e alternativas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Bacharelado em Serviço Social. Universidade Federal do Piauí, Teresina: 1993.
- GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS (Org.) *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009, p. 702-717.
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. *Memorial: uma história de vida dedicada ao Serviço Social*. Memorial acadêmico para progressão a Professor Titular da Universidade Federal do Piauí, Teresina: UFPI, 2017.
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. *Perfil do assistente social de Teresina: mercado de trabalho e práticas profissionais*. Teresina, UFPI, 2003.
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. *Trajetória de vida, trajetória acadêmica: alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI*. Teresina, 1995.
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. *Alguns aspectos da história da primeira revisão curricular do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí*. Texto apresentado no encontro promovido pelo Núcleo de Teoria e metodologia, em maio de 1990. Teresina- PI, 1990a. (Mimeo)
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. *As disciplinas de teoria do Serviço Social: avaliação e dilemas nos atuais marcos do Currículo II do Curso de Serviço Social da UFPI*. Documento elaborado pelo Núcleo de História, Teoria e Metodologia, em novembro de 1990. Teresina- PI, 1990b. (Mimeo)
- IAMAMOTO, Marilda. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARONEZE, Luciane F.Z.; FORTUNA, Sandra L. A. A dimensão investigativa na formação em Serviço Social a partir das Diretrizes Curriculares de 1996. *Em Pauta: teoria social e*

- realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p. 136 - 150, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.76086> Acesso em: 21 fev. 2024.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. Trad. Florestan Fernandes. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MOTA, Ana Elisabete; VIEIRA, Ana Vieira; AMARAL, Angela (Orgs.) *Serviço social no Nordeste: das origens à renovação*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*. Ano 2, n.3, p.41-49, jan./jul. 2001. Brasília: Abepss, Graflina, 2001.
- NETTO, José Paulo. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. *Cadernos ABESS 4 – Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional*. São Paulo: Abess/Cedepss, maio de 1991, p.76-95.
- NETTO, José Paulo. Teoria, método e história na formação profissional. *Cadernos ABESS 1 – O processo da formação profissional do assistente social*. São Paulo: Abess/Cedepss, outubro de 1986, p. 43-60.
- PESSOA, Fernando. *Obra poética*. 2ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.
- PONTES, Reinaldo Nobre. Da incidência marxista na formação profissional e produção acadêmica em Serviço Social: notas introdutórias. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n.52, v. 21, maio/ago. 2023, p. 87 - 102. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/75917> Acesso em: 25 ago. 2023.
- QUIROGA, Consuelo. *A Invasão Positivista no Marxismo*. São Paulo, Cortez Editora, 1991.
- ROSA, Lucia Cristina dos S.; SILVA, Maria do Rosário F.; NASCIMENTO, Liciane C. *Proposta de projeto pedagógico para o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí*. Teresina-PI, 2003. (Mimeo)
- SETUBAL, Aglair Alencar. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*. Cortez Editora: São Paulo, Ano IV, n.12, agosto de 1983, p. 109-139.
- SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda et al (Orgs.) *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. 2ed. Campinas: Papel Social, 2019, p. 85-113.
- SILVA, Mônica dos Anjos. *A inserção do pensamento marxista no serviço social piauiense e sua relevância para a prática profissional*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Bacharelado em Serviço Social. Cristo Faculdade do Piauí – CHRISFAPI, Piri-piri-PI: 2019.
- SILVEIRA JÚNIOR, Adilson A. (Org.) *A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste*. Curitiba: CRV, 2021.
- SILVEIRA JÚNIOR, Adilson A. *O serviço social na particularidade do Nordeste (1940-1980)*. Curitiba: CRV, 2022.
- UFPI – Universidade Federal do Piauí. *Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social*. Teresina: UFPI, 2012.
- UFPI – Universidade Federal do Piauí. Cepex. *Resolução nº 013/2007*, de 25 de janeiro de 2007. Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social - Modalidade Bacharelado/ UFPI - Campus “Ministro Petrônio Portella”.
- UFPI – Universidade Federal do Piauí. Cepex. *Resolução nº 91/1994*. Aprova reestruturação do Currículo Pleno do Curso de Serviço Social. Teresina: UFPI, 1994.
- UFPI – Universidade Federal do Piauí. Coordenação do curso de Serviço Social. *Relatório do Núcleo de Teoria, História e Metodologia*. Apresentado em reunião em setembro de 1990. Teresina-PI, 1990a. (Mimeo)
- UFPI – Universidade Federal do Piauí. Coordenação do curso de Serviço Social. *Relatório de entrevistas realizadas com egressos do Currículo II*. Novembro de 1990. Teresina-PI, 1990b. (Mimeo)

- UFPI – Universidade Federal do Piauí. Cepex. *Resolução nº 10/1987*, de 06 de julho de 1987. Aprova Proposta do Currículo Pleno do Curso de Serviço Social. Teresina: UFPI, 1987.
- UFPI – Universidade Federal do Piauí. Consun. *Resolução nº 02/1976*. Currículo Pleno do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 1976.
- YAZBEK, Maria C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda *et al* (Orgs.) *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. 2ed. Campinas: Papel Social, 2019, p. 47-84.